



ESAF
Escola de Administração Fazendária

Controladoria-Geral da União

Concurso Público - 2006

Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE

Prova P.3

Área: Correição

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Não exijas dos outros qualidades que ainda não possuem.”
- 4- DURAÇÃO DA PROVA: **4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5- Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 7- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Sobre conceito e classificação da Constituição e poder constituinte, assinale a única opção correta.

- a) O conceito formal de constituição e o conceito material de constituição, atualmente, se confundem, uma vez que a moderna teoria constitucional não mais distingue as normas que as compõem.
- b) Quanto ao sistema da Constituição, as constituições se classificam em constituição principiológica – na qual predominam os princípios – e constituição preceitual – na qual prevalecem as regras.
- c) Segundo a doutrina majoritária e o Supremo Tribunal Federal, no caso brasileiro, como efeito do exercício do poder constituinte derivado sobre a legislação infraconstitucional existente, no caso da incompatibilidade material da norma com o novo texto constitucional, temos uma inconstitucionalidade superveniente.
- d) A titularidade do poder constituinte originário, segundo a teoria da soberania estatal, é da nação, entendida como entidade abstrata que se confunde com as pessoas que a integram.
- e) A existência de um poder constituinte derivado decorrente não pressupõe a existência de um Estado federal.

02- Sobre hermenêutica constitucional, interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a única opção correta.

- a) O princípio de interpretação conforme a constituição comporta o princípio da prevalência da constituição, o princípio da conservação de normas e o princípio da exclusão da interpretação conforme a constituição mas *contra legem*.
- b) No método de interpretação constitucional tópico-problemático, há prevalência da norma sobre o problema concreto a ser resolvido.
- c) O método de interpretação hermenêutico-concretizador prescinde de uma pré-compreensão da norma a ser interpretada.
- d) A eficácia do método de interpretação jurídico clássico não é afetada pela estrutura normativo-material da norma constitucional a serem interpretada.
- e) Uma norma constitucional de eficácia contida não possui eficácia plena, no momento da promulgação do texto constitucional, só adquirindo essa eficácia após a edição da norma que nela é referida.

03- Sobre controle de constitucionalidade, assinale a única opção correta.

- a) No controle de constitucionalidade concentrado, a aferição de constitucionalidade, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma norma promulgada e publicada sob a égide do texto constitucional anterior é feita em face do texto em vigor.

- b) Nas ações declaratórias de constitucionalidade, é obrigatória a atuação do Advogado-Geral da União no processo como curador da presunção de constitucionalidade da lei.
- c) Não se aplica no direito brasileiro o instituto da declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.
- d) Não é possível a concessão de medida cautelar em sede de ação declaratória de constitucionalidade.
- e) É requisito de admissibilidade da ação declaratória de constitucionalidade a demonstração de existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação da disposição objeto da ação declaratória.

04- Sobre controle de constitucionalidade, assinale a única opção correta.

- a) Julgada procedente a ação direta de inconstitucionalidade por omissão legislativa, caberá ao Supremo Tribunal Federal, nos termos da Constituição Federal, assinalar o prazo de trinta dias para a elaboração da norma.
- b) Após alteração do texto constitucional que promoveu a reforma do Poder Judiciário, são legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade interventiva os mesmos legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- c) A ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental não será admitida quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.
- d) Somente caberá arguição de descumprimento de preceito fundamental em decorrência de controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal.
- e) A medida cautelar em sede de ação por descumprimento de preceito fundamental só pode ser concedida por decisão da maioria absoluta de seus membros, sendo expressamente vedado ao relator do processo a concessão monocrática de medida liminar.

05- Sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) Nos termos definidos no texto constitucional, o exercício da liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, depende de licença, nos termos da lei.
- b) A Constituição Federal veda a restrição legal ao livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.
- c) Nenhum brasileiro nato será extraditado, salvo para ser submetido à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.
- d) A constituição veda que o indivíduo seja levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança.
- e) Por força de disposição constitucional, todos os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Congresso Nacional serão equivalentes às emendas constitucionais.

06- Sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta (direitos da nacionalidade e políticos).

- a) Serão brasileiros natos, independentemente de manifestação da vontade, todos os nascidos de pai ou mãe brasileiro.
- b) O cargo de Ministro de Estado da Justiça é privativo de brasileiro nato.
- c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros maiores de dezoito anos.
- d) Se já forem titulares de mandato eletivo, não são inelegíveis, no território de jurisdição do chefe do Poder Executivo, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal e de Prefeito.
- e) A ação de impugnação de mandato, proposta em face de prática de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude pelo candidato diplomado, tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

07- Sobre *habeas corpus*, mandado de segurança e *habeas data*, assinale a única opção correta.

- a) Segundo a doutrina, a liberdade de locomoção, protegida pelo *habeas corpus*, engloba o direito de acesso e ingresso, de saída, de permanência e de deslocamento, no território brasileiro.
- b) A legitimidade ativa para ajuizamento do *habeas corpus* exige capacidade de estar em juízo.
- c) Só poderão ser sujeitos passivos do *habeas data* as entidades governamentais da administração pública direta e indireta.
- d) O mandado de segurança só pode ser proposto por pessoa física ou pessoa jurídica nacional.
- e) O prazo para impetração do mandado de segurança pode sofrer interrupção, presentes as hipóteses previstas no texto constitucional.

08- Sobre direitos sociais, assinale a única opção correta.

- a) A garantia constitucional de recebimento de salário nunca inferior ao mínimo não se aplica aos autônomos nem aos trabalhadores que percebem remuneração variável.
- b) É assegurada ao trabalhador a participação nos lucros, ou resultados da empresa, desvinculada da remuneração.
- c) É direito social do trabalhador duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- d) A Constituição Federal reconhece a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, ressalvado o direito ao décimo terceiro salário com base na remuneração integral.

- e) A contribuição para custeio do sistema confederativo é descontada em folha e obrigatória para todos os integrantes da categoria profissional.

09- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta.

- a) É competência exclusiva do Congresso Nacional dispor sobre telecomunicações e radiodifusão.
- b) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos da Administração Pública Direta para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- c) Compete privativamente à Câmara dos Deputados a fixação da remuneração de seus servidores.
- d) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- e) As decisões de rejeição, adotadas pelo Senado Federal, em relação aos pedidos do Supremo Tribunal Federal (STF) de autorização para instauração de processo penal comum contra Senadores, conservam sua eficácia, mesmo após a supressão do instituto da autorização prévia, em virtude da garantia de preservação do ato jurídico perfeito.

10- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta.

- a) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal se reunirão em sessão conjunta para deliberar sobre o veto e sobre medidas provisórias.
- b) Nos termos definidos no texto constitucional, cada uma das Casas se reúne em sessões preparatórias, no primeiro ano da legislatura.
- c) Nos impedimentos do Presidente do Senado Federal, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional é exercida pelo Primeiro-Vice Presidente do Senado Federal.
- d) As Comissões Permanentes de cada uma das Casas do Congresso Nacional pode convocar qualquer cidadão para prestar depoimento sobre assunto pré-estabelecido.
- e) Durante o recesso, funciona no Congresso Nacional uma comissão representativa, eleita na última sessão legislativa para atuar durante a sessão legislativa seguinte.

11- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta.

- a) De acordo com as regras constitucionais do processo legislativo, é da Casa iniciadora a atribuição de enviar o projeto de lei aprovado à sanção do Presidente da República.
- b) O veto parcial incide sobre parte do texto de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea, do projeto de lei submetido à sanção do Presidente da República.
- c) Segundo as regras constitucionais do processo legislativo, não é possível que matéria constante de projeto de lei rejeitado constitua objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa.
- d) É atribuição do Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta.
- e) Não se inclui entre as atribuições do sistema de controle, a ser mantido de forma integrada, no âmbito dos três Poderes da União, exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.

12- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta.

- a) Conforme estabelece a Constituição Federal, o Presidente da República só poderá comutar penas depois da audiência prévia dos órgãos instituídos em lei.
- b) O Presidente da República só poderá decretar a mobilização nacional depois de previamente autorizado pelo Congresso Nacional.
- c) O Presidente da República comete crime de responsabilidade se praticar ato que atente contra a lei orçamentária.
- d) Segundo a Constituição Federal, a proibição ao Presidente da República de se ausentar do País sem licença do Congresso Nacional, por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo, só se aplica ao Vice-Presidente da República quando ele estiver no exercício do cargo de Presidente.
- e) É condição para ser escolhido Ministro de Estado, estar no pleno exercício de sua capacidade eleitoral passiva e ativa e ser maior de trinta anos.

13- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta (garantias da magistratura e Conselho Nacional de Justiça).

- a) Pelas novas regras constitucionais, o ingresso na carreira da magistratura exige a demonstração de que o bacharel em direito concluiu há, no mínimo, três anos seu curso de graduação.
- b) Segundo determina o texto constitucional, as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, salvo as sessões disciplinares.
- c) O acesso dos juízes de primeiro grau aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.

- d) Nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, provendo-se metade das vagas por merecimento e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.
- e) Os membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

14- Sobre organização dos poderes, assinale a única opção correta.

- a) Compete ao Supremo Tribunal Federal (STF) julgar, em recurso ordinário, as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
- b) Pode propor ação direta de inconstitucionalidade o Conselho Nacional de Justiça.
- c) Lei complementar, de iniciativa privativa do Superior Tribunal de Justiça, disciplinará a remoção ou permuta de juízes dos Tribunais Regionais Federais.
- d) Compete ao Tribunal Regional Federal, originariamente, processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas.
- e) As decisões do Conselho da Justiça Federal, relativas à supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal, tomadas no exercício de seu poder correicional, terão caráter vinculante.

15- Sobre organização dos poderes e funções essenciais à Justiça, assinale a única opção correta (Justiça Federal e Ministério Público).

- a) As causas em que a União for autora serão aforadas na seção judiciária da Justiça Federal onde tiver domicílio a outra parte.
- b) Quando, por ausência de vara do juízo federal no domicílio do segurado, uma ação proposta pelo Instituto Nacional de Seguridade Social contra um segurado for processada e julgada na justiça estadual, o recurso cabível deverá ser interposto junto ao Tribunal de Justiça estadual.
- c) São princípios institucionais do Ministério Público, previstos no texto constitucional, a unidade, a indivisibilidade, a autonomia decisória e a independência funcional.
- d) O membro do Ministério Público adquire vitaliciedade após dois anos de exercício e só poderá perder o cargo por decisão transitada em julgado do Conselho Nacional do Ministério Público, assegurada a ampla defesa.
- e) É vedado ao membro do Ministério Público exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública.

16- Sobre Administração Pública e servidores públicos, assinale a única opção correta.

- a) A Constituição Federal autoriza à Administração Pública a contratação por tempo determinado, desde que obedecidos critérios de proporcionalidade entre os servidores concursados e os servidores temporários que ela estabelece.
- b) A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.
- c) A vedação de acumulação remunerada de empregos e funções públicas não se estende às autarquias e empresas públicas.
- d) Para os servidores que ingressaram no serviço público após 19 de dezembro de 2003, data da promulgação da Emenda Constitucional n. 41, a lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento.
- e) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aplica-se o regime de previdência do servidor público se ele ocupar, de forma contínua, o cargo em comissão, durante o período correspondente ao tempo de contribuição necessário para a sua aposentadoria.

17- Sobre limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a única opção correta.

- a) Se a União publicar, em dezembro, lei que aumenta a alíquota do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, aplicação da alíquota majorada poderá ocorrer em 1º de janeiro do ano seguinte, porque a esse tributo não se aplica o princípio da anterioridade nonagesimal.
- b) É vedado à lei atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
- c) Em caráter excepcional, por período determinado não superior a seis meses e com vistas à promoção de ações de fortalecimento de sua economia interna, os Estados podem estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- d) A vedação de instituir impostos sobre templos de qualquer culto compreende todo o patrimônio, renda e serviços prestados pelo culto.
- e) A Constituição Federal veda, expressamente, à União instituir qualquer cobrança de tributo que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, ainda que a diferença de tratamento decorra da concessão de incentivos fiscais voltados para a promoção do equilíbrio do desenvolvimento sócioeconômico.

18- Sobre a ordem econômica e financeira, assinale a única opção correta.

- a) Em harmonia com o princípio da livre concorrência, a Constituição Federal assegura o exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos.
- b) Sob o enfoque da ordem econômica, a defesa do meio ambiente não autoriza tratamento diferenciado dos produtos e serviços.
- c) A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade.
- d) Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional.
- e) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão, nas hipóteses previstas em lei, gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

19- Sobre a ordem econômica, assinale a única opção correta.

- a) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este, em razão da isonomia concorrencial, indicativo tanto para o setor público como para o setor privado.
- b) As cooperativas de garimpeiros sempre terão prioridade na concessão de lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis.
- c) A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível não poderá fixar a alíquota da contribuição diferenciada por produto ou uso.
- d) A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro, observadas as condições estabelecidas em lei.
- e) A navegação de cabotagem é privativa de embarcações nacionais, salvo caso de necessidade pública, hipótese em que é autorizada a contratação de embarcação estrangeira, atendido o princípio da reciprocidade.

20- Assinale a única opção que atende o comando da questão. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, exceto:

- a) uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- b) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) diversidade da base de financiamento.
- e) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

DIREITO ADMINISTRATIVO

21-O Direito Administrativo é considerado como sendo o conjunto harmonioso de normas e princípios, que regem o exercício das funções administrativas estatais e

- a) os órgãos inferiores, que as desempenham.
- b) os órgãos dos Poderes Públicos.
- c) os poderes dos órgãos públicos.
- d) as competências dos órgãos públicos.
- e) as garantias individuais.

22- Entre os princípios constitucionais do Direito Administrativo, pode-se destacar o de que

- a) a Administração prescinde de justificar seus atos.
- b) ao administrador é lícito fazer o que a lei não proíbe.
- c) os interesses públicos e privados são eqüitativos entre si.
- d) são inalienáveis os direitos concernentes ao interesse público.
- e) são insusceptíveis de controle jurisdicional, os atos administrativos.

23- O Banco Central do Brasil é

- a) um órgão autônomo da Administração Direita Federal.
- b) um órgão do Ministério da Fazenda.
- c) um órgão subordinado à Presidência da República.
- d) uma entidade da Administração Indireta Federal.
- e) uma instituição financeira, sem personalidade jurídica própria, integrante do Conselho Monetário Nacional.

24- Em tese, na estrutura organizacional, da Administração Pública Direta Federal, onde vigora o regime jurídico da disciplina hierarquizada, a autoridade de nível superior pode rever os atos da que lhe seja subordinada, bem como pode delegar-lhe competência ou avocar o exercício de suas atribuições e das que delegou.

- a) Correta essa assertiva.
- b) Incorreta essa assertiva, porque a delegação é irretratável.
- c) Incorreta, porque a delegação não opera entre autoridades, com vínculo hierárquico de subordinação.
- d) Incorreta, porque não cabe avocação, para a prática de atos delegados, nem de atribuições do subordinado.
- e) Incorreta, porque na Administração Pública não vigora o regime da disciplina hierarquizada.

25- Os contratos administrativos, regidos pela Lei n. 8.666/93, com as devidas justificativas, poderão ser alterados, unilateralmente, pela própria Administração, nos casos de

- a) haver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.
- b) haver conveniência na substituição da garantia de sua execução.

- c) haver necessidade de modificar o regime de execução da obra ou do serviço, bem como o modo de fornecimento, em face de verificação técnica de inaplicabilidade, dos termos contratuais originários.
- d) haver imposição de circunstâncias supervenientes, para a modificação da forma de pagamento, mantido o valor inicial contratado.
- e) haver necessidade de restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do executado e a retribuição da Administração, com vistas a manter a justa remuneração da obra, do serviço ou do fornecimento.

26- A inexecução total ou parcial do contrato, regido pela Lei n. 8.666/93, enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas na legislação pertinente, mas não constitui motivo específico e suficiente, para tanto,

- a) a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade de sua conclusão, nos prazos estabelecidos.
- b) o atraso, por mais de 30 (trinta) dias, dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos já realizados ou executados.
- c) o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos registrados no livro próprio.
- d) o atraso injustificado no início da obra, do serviço ou do fornecimento contratado.
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas no registro próprio, pelo representante da Administração.

27- A Administração Pública pode e/ou deve anular os seus próprios atos, eivados de vícios, que os tornem ilegais,

- a) o que é insusceptível de controle jurisdicional.
- b) o que opera com efeito *ex nunc* (doravante).
- c) porque deles não se originam direitos.
- d) ressalvados os direitos adquiridos.
- e) sobre o que não opera decadência.

28- Os atos administrativos de autorização e de permissão, guardam muita semelhança entre si, mas podem apresentar mais acentuada diferença, a depender do seu objeto, no sentido de que, respectivamente,

- a) um seja precário e o outro não.
- b) um seja discricionário e o outro não.
- c) um seja unilateral e o outro não.
- d) um seja informal e o outro não.
- e) um seja gratuito e o outro não.

- 29-A licitação, regulada pela Lei n. 8.666/93, destina-se a garantir observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar propostas de preços mais baratos, para a Administração contratar compras, obras e serviços, devendo ser processada e julgada com observância da impessoalidade, igualdade e publicidade, entre outros.
- Correta a assertiva.
 - Incorreta a assertiva, porque a licitação destina-se a selecionar proposta mais vantajosa para a Administração, ainda que eventualmente não seja a mais barata.
 - Incorreta, porque o sigilo da licitação afasta a observância do princípio da publicidade.
 - Incorreta, porque a exigência de habilitação prévia afasta a observância do princípio da impessoalidade.
 - Incorreta, porque a exigência de condições passíveis de valorar propostas afasta a incidência do princípio da igualdade.
- 30-A modalidade de licitação, apropriada para a aquisição de bens e serviços, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser, objetivamente, definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, é
- a carta convite.
 - a tomada de preços.
 - a concorrência.
 - o leilão.
 - o pregão.
- 31- A existência do sistema de registro de preços, previsto na lei de licitações (Lei n. 8.666/93), para a compra de bens, destinados ao serviço público,
- deve seu quadro ter validade de até 2 (dois) anos.
 - deve ter seu quadro publicado, uma vez por ano, até o final do primeiro trimestre.
 - não se aplica, nos casos de contratações diretas, sem licitação.
 - obriga a contratação pela Administração dos que deles poderão advir.
 - pode ter seus preços impugnados, por qualquer cidadão, quando incompatíveis com os praticados no mercado.
- 32- Os ocupantes de cargos em comissão, na Administração Pública Federal, sem nela deterem outro vínculo funcional efetivo, são
- regidos pelo regime da CLT (legislação trabalhista).
 - submetidos ao regime jurídico disciplinar, previstos na Lei n. 8.112/90, que estabeleceu o regime jurídico único dos servidores civis federais.
 - filiados obrigatórios do Plano de Seguridade Social do Servidor, estabelecido na Lei n. 8.112/90.
 - destinatários dos mesmos direitos e das vantagens, que a Lei n. 8.112/90 assegura aos servidores titulares de cargos efetivos, inclusive aposentadoria.
 - destinatários dos direitos e vantagens assegurados na Lei n. 8.112/90, aos servidores efetivos, inclusive os relativos e licenças.
- 33- O retorno à atividade, do servidor público civil da União, regido pela Lei n. 8.112/90, para o cargo em que tenha sido colocado em disponibilidade dar-se-á mediante
- aproveitamento.
 - readmissão.
 - reintegração.
 - reversão.
 - recondução.
- 34- Se o servidor público civil, regido pelo regime da Lei n. 8.112/90, receber penalidade administrativa de advertência e de suspensão, sem vir a cometer nova infração disciplinar, elas terão seus registros cancelados, após o decurso de
- 3 anos, em ambos os casos.
 - 5 anos, em ambos os casos.
 - 2 e 3 anos, respectivamente.
 - 3 e 5 anos, respectivamente.
 - 5 e 10 anos, respectivamente.
- 35- Como regra geral, o chamado regime jurídico único, implantado pela Lei n. 8.112/90 (ressalvados os órgãos e/ou entidades excluídos de sua incidência, por expressa disposição legal), rege os direitos e as vantagens, bem como o processo disciplinar, dos servidores públicos civis
- da União, inclusive os magistrados e membros do Ministério Público.
 - da União, suas autarquias e empresas públicas.
 - de algumas autarquias federais.
 - da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - federais, estaduais, municipais e autárquicos.
- 36- Na concessão de serviços públicos federais, a União, que os tenha como seus próprios e privativos, delega a sua prestação a terceiros, os quais se remuneram pela respectiva exploração, como é o caso
- da educação escolar.
 - da informática.
 - da assistência à saúde.
 - das telecomunicações.
 - do gás canalizado.

37- A concessão de serviço público, pela qual o Estado delega a terceiros a sua execução e/ou exploração, procedida de regulamentação das condições do seu funcionamento, organização e modo de prestação, uma vez selecionado o concessionário, ela se ultima e formaliza mediante

- a) ato concessivo unilateral vinculado.
- b) ato unilateral discricionário.
- c) ato unilateral precário.
- d) ato discricionário e precário.
- e) contrato bilateral, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.

38- As terras devolutas da União incluem-se entre os seus bens

- a) afetados.
- b) aforados.
- c) de uso comum.
- d) de uso especial.
- e) dominicais.

39- No caso de responsabilidade civil do Estado, por dano causado a outrem, cabe ação regressiva, contra o agente causador, que tenha agido culposa ou dolosamente, mas constitui requisito essencial para tanto, ter havido

- a) ajuizamento de ação pelo paciente, cobrando indenização do dano.
- b) condenação do Estado a indenizar o paciente.
- c) reconhecimento de culpa ou dolo, por parte do agente.
- d) prova produzida pelo paciente, de culpa ou dolo do agente.
- e) recusa do agente em assumir o ônus da reparação desse dano.

40- A responsabilidade objetiva do Estado, em última análise, resulta na obrigação de indenizar, quem tenha sido vítima de algum procedimento ou acontecimento, que lhe produza alguma lesão, na esfera juridicamente protegida, para cuja configuração sobressai relevante haver

- a) ausência de culpa do paciente.
- b) culpa ou dolo do agente causador.
- c) nexo causal entre aquele comportamento e o dano causado.
- d) prova de ilicitude desse acontecimento danoso.
- e) prova de falta ou deficiência do serviço que causou o dano.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

41- A lei penal aplica-se retroativamente quando:

- a) a contravenção penal torna-se crime.
- b) o crime torna-se contravenção penal.
- c) a pena de detenção torna-se de reclusão.
- d) a pena de multa torna-se de detenção.
- e) ocorrer a prescrição da pretensão punitiva.

42- **A** comete um crime, após definitivamente condenado por prática de uma contravenção. Indique o instituto jurídico não-incidente na hipótese.

- a) Reclusão
- b) Periculosidade
- c) Sanção Penal
- d) Reincidência
- e) Detenção

43- **A** (funcionário público da União Federal) desvia, atendendo solicitação de **B**, farmacêutico, sem qualquer vínculo com a União Federal, objeto confiado à sua guarda.

A hipótese descreve:

- a) concurso de agentes.
- b) **A** pratica um crime e **B** outro crime.
- c) **A** pratica mera infração administrativa.
- d) **B** pratica furto qualificado.
- e) crime de concurso necessário.

44- As omissões da denúncia não podem ser supridas após

- a) o recebimento.
- b) a defesa prévia.
- c) o encerramento da instrução.
- d) a sentença final.
- e) durante a instrução.

45- **A** (funcionário público federal), nessa qualidade, com intuito de prejudicar **B** (contribuinte), exige contribuição social que sabia indevida.

A comete o crime de:

- a) Extensão.
- b) Estelionato.
- c) Excesso de exação.
- d) Violência arbitrária.
- e) Concussão.

46- O *Habeas Corpus* pode ser impetrado

- a) por procurador, cujo mandato encerre a cláusula *ad judicia*.
- b) por procurador, cujo mandato encerre cláusula específica para tal fim.
- c) pelo próprio paciente.
- d) por pessoa jurídica.
- e) por qualquer pessoa.

47- A competência para processar e julgar emissão de cheque sem fundos é

- a) lugar da emissão do título.
- b) lugar da recusa do pagamento.
- c) lugar do domicílio do emitente.
- d) lugar do domicílio do beneficiário.
- e) lugar da residência do emitente.

48- **A** pratica o crime às 23 horas e 32 minutos do dia 27 de novembro.

O prazo prescricional começa a fluir

- a) no dia 27 de novembro.
- b) no dia 28 de novembro.
- c) no dia da instauração do inquérito policial.
- d) no dia do oferecimento da denúncia.
- e) no dia do recebimento da denúncia.

49- A interceptação telefônica reclama

- a) instauração de inquérito policial.
- b) instauração de processo administrativo.
- c) recebimento da denúncia.
- d) competência do juiz da ação principal.
- e) justificação judicial.

50- A prisão preventiva não é admitida quando a infração penal configurar

- a) crime culposos.
- b) crime doloso.
- c) extinção da punibilidade por prescrição.
- d) agente maior de 60 anos de idade.
- e) crime qualificado pelo resultado.

DIREITO CIVIL

51- Assinale a opção errônea.

- a) A hermenêutica é a teoria científica da arte de interpretar.
- b) A técnica interpretativa lógica pretende desvendar o sentido e o alcance da norma, mediante seu estudo, por meio de raciocínios lógicos, analisando os períodos da lei e combinando-os entre si, com o escopo de atingir perfeita compatibilidade.
- c) Para integrar a lacuna o juiz recorre, preliminarmente, à analogia, que consiste em aplicar a um caso não previsto de modo direto ou específico por uma norma jurídica uma norma que prevê hipótese distinta, mas semelhante ao caso não contemplado.
- d) A derrogação é a supressão total da norma anterior e a ab-rogação torna sem efeito uma parte da norma.
- e) O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.

52- Assinale a opção verdadeira.

- a) O estado civil é uno e indivisível, pois ninguém pode ser simultaneamente casado e solteiro, maior e menor, brasileiro e estrangeiro, salvo nos casos de dupla nacionalidade.
- b) Artista plástico menor, com 16 anos de idade, que, habitualmente, expõe, mediante remuneração, numa galeria, não adquire capacidade.
- c) A condenação criminal acarreta incapacidade civil.
- d) A capacidade de exercício pressupõe a de gozo e esta não pode subsistir sem a de fato ou de exercício.
- e) Se alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o termino da guerra, seus parentes poderão requerer ao juiz a declaração de sua ausência e nomeação de curador.

53- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é considerada

- a) pessoa jurídica de direito privado.
- b) pessoa jurídica de direito público interno de administração indireta.
- c) associação.
- d) sociedade simples.
- e) pessoa jurídica de direito público interno de administração direta.

54- Os marítimos têm por domicílio o local onde estiver matriculado o navio. Tal domicílio é

- a) voluntário geral.
- b) aparente.
- c) ocasional.
- d) legal.
- e) voluntário especial.

55- Assinale a opção falsa.

- a) A semente lançada à terra é bem imóvel por acessão física artificial.
- b) Se houver compra e venda do quadro "X" de Renoir, o vendedor está adstrito a entregá-lo, sem poder substituí-lo por um equivalente.
- c) Os frutos percipiendos são os ligados à coisa que os produziu.
- d) A pertença é coisa destinada, de modo duradouro, a conservar ou facilitar o uso, ou prestar serviço, ou, ainda, servir de adorno do bem principal, sem ser parte integrante.
- e) São móveis por antecipação árvores abatidas para serem convertidas em lenha.

56- Se A adquire de B uma obra de arte, por influência de C que o convence de sua raridade, sem que B, ouvindo tal disparate, alerte o comprador, o negócio é suscetível de anulação por

- a) dolo negativo.
- b) lesão.
- c) simulação relativa objetiva.
- d) reserva mental.
- e) dolo de terceiro.

57- A falta de cautela ou atenção em relação a uma pessoa, animal ou objeto sob os cuidados do agente, que provoca dano a alguém, é considerada quanto ao conteúdo da conduta culposa

- a) culpa *in committendo*.
- b) culpa *in abstrato*.
- c) culpa *in custodiendo*.
- d) culpa *in concreto*.
- e) culpa *in omittendo*.

58- O reconhecimento voluntário de filho havido fora do matrimônio pode ser feito no próprio termo do nascimento, por escritura pública ou instrumento particular, por testamento ou por manifestação expressa e direta perante o juiz. A forma do reconhecimento de filho é

- a) especial única.
- b) geral.
- c) especial genérica.
- d) contratual.
- e) especial plural.

59- Assinale a opção correta.

- a) A apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores é causa interruptiva da prescrição.
- b) As causas impeditivas da prescrição paralisam temporariamente seu curso, logo superado o fato que lhe deu origem, o lapso prescricional continua a correr computado o tempo antes dele.
- c) Se após o vencimento do débito falecer o credor deixando herdeiros de sete anos de idade, contra ele não correrá a prescrição até que atinja 18 anos, ocasião em que se inicia o curso prescricional.
- d) As partes podem restringir o prazo prescricional fixado por lei, mesmo que se trate de direito patrimonial.
- e) O prazo decadencial não correrá contra os absoluta e relativamente incapazes.

60- Assinale a opção falsa.

- a) A presunção deixada a critério e prudência do magistrado, que se funda naquilo que cotidiana, habitual ou ordinariamente acontece, denomina-se simples, comum ou *hominis*.
- b) Arbitramento é o exame pericial tendo em vista determinar o valor da coisa ou da obrigação a ela ligada, muito comum na desapropriação, nos alimentos, na indenização dos danos por atos ilícitos.
- c) A prova deve ser admissível, pertinente e concludente.
- d) A confissão é irrevogável, logo não poderá ser anulada se oriunda de erro de fato ou de coação.
- e) As testemunhas instrumentárias devem pronunciar-se sobre o conteúdo do instrumento que subscrevem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

61- Indique a opção falsa, a propósito dos princípios constitucionais do processo

- a) O duplo grau de jurisdição não constitui garantia constitucional assegurada aos litigantes em geral.
- b) Atende ao princípio da motivação das decisões judiciais a sentença que, à guisa de fundamentação, se reporta ao parecer do Ministério Público, que, por sua vez, está devidamente fundamentado.
- c) É válido o indeferimento de pretensões das partes “por falta de amparo legal”.
- d) Nos casos de extinção do processo sem apreciação do mérito o juiz pode decidir concisamente.
- e) O princípio da proporcionalidade é corolário do princípio do devido processo legal em sentido substancial (*substantive due process clause*).

62- Assinale a opção falsa.

- a) Não constitui ofensa ao princípio do contraditório a concessão de liminar sem a ouvida da parte contrária.
- b) Não há contraditório pleno no processo de execução.
- c) Não infringe o princípio do contraditório a proibição de a parte se manifestar nos autos nos casos de prática de atos processuais protelatórios.
- d) Não significa desrespeito ao princípio constitucional do direito de ação a convenção de arbitragem.
- e) Não significa limitação ao direito de ação a exigência de pressupostos processuais e condições da ação.

63- Assinale a opção que apresenta conceito processualmente inadequado.

- a) Lide é a pretensão resistida.
- b) Ação é o Direito Subjetivo Público e concreto de exigir a prestação jurisdicional.
- c) Pretensão é a exigência de subordinação de interesse de outrem ao próprio.
- d) Processo é o meio pelo qual se faz atuar a lei material à lide.
- e) Jurisdição é a função estatal de compor conflitos de interesses.

64- São espécies de processo:

- a) o executivo *lato sensu*, o cautelar, o de cognição, o mandamental e o de execução.
- b) o de conhecimento, o executivo e o liminar.
- c) o comum, o ordinário, o sumário, o sumaríssimo e o especial.
- d) o declaratório, o constitutivo, o mandamental e o condenatório.
- e) o administrativo, o judicial civil e o judicial criminal.

65- Assinale a opção correta.

- a) São princípios informativos da teoria dos prazos: o princípio da utilidade, o princípio da continuidade, o princípio da alterabilidade, o princípio da peremptoriedade e o princípio da preclusão.
- b) Interrompem-se os prazos pela superveniência das férias forenses.
- c) É defeso às partes, ainda que todas estejam de acordo, reduzir ou prorrogar os prazos dilatórios.
- d) Preclusão lógica é a perda de uma faculdade ou direito processual porque não praticado o ato oportunamente.
- e) Para o juiz não se aplica o princípio da preclusão.

66- Assinale a opção correta.

- a) São características dos atos processuais: apresentam-se isoladamente, ligam-se pela unidade do escopo e são independentes.
- b) Constituem princípios que regem a forma dos atos processuais: obrigatoriedade das formas, instrumentalidade das formas, a documentação, a publicidade, o interesse público e a obrigatoriedade do vernáculo.
- c) Os atos das partes podem ser: postulatórios, dispositivos (unilaterais; concordantes) e contratuais.
- d) É decisão definitiva a que decide a questão controvertida, de natureza processual, sem julgamento do mérito, depois de transitada em julgado.
- e) A requisição feita por Membro de Tribunal (Desembargador) de ato processual a ser praticado em outro Estado da Federação deve ser dirigida a órgão da Primeira Instância (Juiz de Direito) por meio de Carta de Ordem.

67- Marque a opção falsa.

- a) A sentença proferida na ação civil pública que acolhe o pedido tem eficácia contra todos.
- b) O Ministério Público é legitimado para propor ações civis na defesa de direitos individuais homogêneos de interesse público.
- c) Julgada improcedente a ação civil pública, pode o interessado valer-se das vias ordinárias.
- d) Apelação interposta contra sentença que julgou procedente o pedido deduzido na inicial deve ser recebida nos efeitos devolutivo e suspensivo.
- e) A ação civil pública presta-se a amparar interesses privados.

68- A respeito de Mandado de Segurança é certo afirmar:

- a) terceiro é parte legítima para impetrar mandado de segurança em favor de direito originário alheio.
- b) o Poder Público pode requerer ao Presidente do Tribunal ao qual competir o conhecimento do recurso a suspensão da liminar concedida em mandado de segurança ou interpor agravo de instrumento.
- c) a compensação de créditos tributários pode ser deferida em medida liminar em mandado de segurança.
- d) contra acórdão que reforma sentença proferida em mandado de segurança cabe embargos infringentes.
- e) a distribuição de mandado de segurança gera a prevenção do juízo.

69- A decisão proferida em ação civil pública produz efeitos

- a) em todo território nacional.
- b) nos limites da competência territorial do juiz.
- c) em todo o território do Estado ou do Distrito Federal.
- d) no município.
- e) na comarca.

70- Assinale a opção falsa a respeito de prova no Direito Processual Civil.

- a) Os indícios constituem meio de prova no Direito Processual Civil brasileiro.
- b) Transforma-se o réu em autor quando suscita exceção.
- c) O réu citado por edital, porque desconhecido seu endereço, não se sujeita aos efeitos da revelia.
- d) Na apreciação da prova o juiz tem irrestrita liberdade.
- e) Gozam, no Processo Civil, de presunção absoluta de veracidade os fatos incontrovertidos.



Escola de Administração Fazendária
www.esaf.fazenda.gov.br